



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº  
**1582/2021**

Senhora Presidenta,

Juventude negra viva é juventude que tenha possibilidade de viver. Por isso, a discussão quanto ao trabalho e formas de sustento e renda ofertados à população jovem negra e periférica do país é o objeto da audiência pública aqui requerida. Segundo o IBGE<sup>1</sup>, 29,4% da juventude no Brasil está desempregada, o que representa o maior índice desde que o Instituto passou a fazer a pesquisa. Além disso, o impacto da pandemia da COVID-19 gerou o aumento das pessoas jovens que não trabalham nem estudam. A falta de oportunidade de emprego formal tem levado os jovens periféricos a comporem a maior porcentagem dos trabalhos precários e plataformizados<sup>2</sup>.

A instabilidade e insegurança de renda características desses trabalhos aprofunda a desigualdade social com recorte racial no país. Como também expõe essa população a jornadas extenuantes de trabalho para garantia de renda mínima, o que não permite à juventude ter lazer e descanso. O Relatório Parcial produzido pela Comissão Especial de Estudo sobre o Homicídio de Jovens Negros e Pobres (CMBH), na legislatura passada (2016-2020), demonstra que nas áreas em que não tinha oferta de equipamento público era verificada maior vulnerabilidade social e letalidade na juventude. Dessa forma, para que a juventude possa sonhar, deixar a família bem e ter emprego para os amigos, melhoria é o que queremos<sup>3</sup>.

Para discutir como a juventude negra está inserida no mundo do trabalho, bem como quais as possibilidades de construção de vida e futuro é proporcionado a essa população, vimos requerer a realização da audiência pública **“Racismo e Trabalho: a juventude quer direitos!” no dia 22/11/2021, às 09h30**, a ser realizada por meio virtual no Plenário Camil Caram, com fundamento no art. 48, IV c/c art. 56, III, do Regimento Interno da CMBH.

Para a exposição das questões de trabalho, renda e oportunidades para a juventude negra e periférica de Belo Horizonte a fim de fundamentar os trabalhos da Comissão Especial de Estudos sobre Empregabilidade, violência e homicídio de jovens negros, requeiro sejam convidados:

<sup>1</sup> IBGE. PNAD Contínua – Indicadores mensais produzidos com informações do 2º trimestre de 2021. In: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2021\\_2tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_2tri.pdf)

<sup>2</sup> Abílio, Ludmila Costhek. UBERIZAÇÃO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. In: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>

<sup>3</sup> FBC, Fabrício. *Frank & Tikão*.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 08/11/21  
HORA: 14:28:22



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- 1) **Representante da Arquidiocese de Belo Horizonte** Projeto Providência, de empregabilidade de jovens
- 2) **Representante do Afronte**
- 3) **Sr. Fernando Duarte** - Supervisor DIEESE-MG
- 4) **Clebin Quirino** - Produtor cultural
- 5) **Representante do Coletivo Mulheres da Quebrada**
- 6) **Representante do Coletivo Lá da Favelinha**
- 7) **Mariana Cordeiro**
- 8) **Representante do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 3a Região - Coordenadoria de Combate ao Trabalho Infantil e Fomento ao Trabalho Protegido**
- 9) **Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini** - Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região - Programa de Combate do Trabalho Infantil e Estímulo à aprendizagem
- 10) **Representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social - SEDESE-MG**
- 11) **Prof. Maurício Freire Garcia** - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) da Universidade Federal de Minas Gerais, mantenedora do Programa PORTA - Programa de Proteção e Orientação do Trabalhador Adolescente, em parceria com a Cruz Vermelha, de contratação de jovens aprendizes na universidade.
- 12) **Representante do Levante Popular da Juventude**
- 13) **Rojú** – Comunicador e Cientista Político
- 14) **Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST**
- 15) **Dr. Márcio Rogerio Oliveira** - Promotor de Justiça de defesa da criança e do adolescente - MP-MG e ex-membro do Comitê Gestor do projeto Descubra! (2019-2020); membro do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos Adolescentes (CAODCA).
- 16) **Zuppo**
- 17) **Prof. Fabio Tozi** - Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais
- 18) **Matheus Gomes** – Vereador em Porto Alegre (RS)



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No mais, requer produção de nota técnica sobre o tema para embasar a participação na audiência pública aprovada.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021

**Vereadora Iza Lourença**

À Exma. Senhora

**Vereadora Iza Lourença**

Presidenta da Comissão Especial de Estudo sobre Empregabilidade, Violência e Homicídio de Jovens Negros

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>05/11/2021</u>
<u>1041-526</u>
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 582 /2021

Belo Horizonte, 05/11 /2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.172/2021** – Vereadora Iza Lourença – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 3.293/21, de 13/09/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.172/2021, de autoria da Vereadora Iza Lourença, que solicita informações referentes ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), endereçado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

Consultada, a referida Secretaria emitiu resposta por meio do Ofício SMASAC/SMAICS nº 514/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Felipe Prates Rozenberg**

Diretor de Acompanhamento Legislativo em exercício  
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL





**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
GABINETE SMASAC**

**SMASAC/SMAICS – 514/2021**

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2021

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta ao Ofício Dirleg n.º 3.293/21, Requerimento de Comissão n.º 1.172/21, de autoria da vereadora Iza Lourença, cujo objeto é a solicitação de informações que objetivam fundamentar os trabalhos da “Comissão Especial de Estudo sobre Empregabilidade, Violência e Genocídio de Jovens Negros”, encaminhamos a manifestação das Subsecretarias de Assistência Social e de Cidadania, através dos Ofícios SUASS/SMASAC n.º 1.845/2021 e SUDC/SMASAC – n.º 171/2021.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
**Maira da Cunha Pinto Colares**

**Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania**

**Senhora  
Adriana Branco Cerqueira  
Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social  
Avenida Afonso Pena, n.º 1212, 2º andar – Bairro Centro**

Ofício SUASS/SMASAC nº 1845/2021

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2021

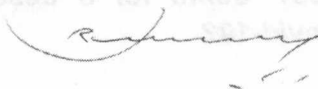
ASSUNTO: Resposta ao Of. Dirleg nº 3.293/21  
REFERÊNCIA: Requerimento de Comissão nº 1.172/21

Prezada Secretária,

Ao cumprimentá-la, em nome da nossa equipe da Subsecretaria de Assistência Social, acusamos o recebimento do processo em epígrafe e, na oportunidade, encaminhamos anexo Ofício DPES/SUASS No 134/2021, elaborado pela Diretoria de Proteção Social Especial, para subsidiar resposta à CMBH.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



**José Crus**  
**Subsecretário de Assistência Social**

**Ilma. Senhora**  
**Maíra Cunha Pinto Colares**  
**Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania**  
**Nesta**

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2021.

**ASSUNTO:** Resposta ao Of. Dirleg nº 3.293/21

**REFERÊNCIA:** Requerimento de Comissão nº 1.172/21 – Autora Vereadora Iza Lourença.

Prezado Secretário,

Com cordiais cumprimentos, em resposta ao Of. Dirleg nº 3.293/2021, encaminhamos as seguintes informações em complemento às aquelas já fornecidas pela Subsecretaria de Direitos e Cidadania (SUDC).

***1. Sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA). Quais os dados atuais de acompanhamento? Quantos foram desligados por motivo de óbito? Quais os principais fatores de desligamento dos serviços? Como foi o desenvolvimento dos serviços no período da pandemia de Covid-19?***

De acordo com as informações do Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais – SIGPS, em 25/10/2021, temos 723 (setecentos e vinte e três) adolescentes em acompanhamento pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), distribuídos nos 09 (nove) Centros de Referências Especializados de Assistência Social – CREAS:

- CREAS Barreiro: 76 (setenta e seis) adolescentes;
- CREAS Centro Sul: 84 (oitenta e quatro) adolescentes;
- CREAS Leste: 66 (sessenta e seis) adolescentes;
- CREAS Nordeste: 83 (oitenta e três) adolescentes;
- CREAS Noroeste: 66 (sessenta e seis) adolescentes;
- CREAS Norte: 92 (noventa e dois) adolescentes;
- CREAS Oeste: 93 (noventa e três) adolescentes;
- CREAS Pampulha: 65 (sessenta e cinco) adolescentes;
- CREAS Venda Nova: 98 (noventa e oito) adolescentes.

Quanto aos dados de óbito, desde o início da pandemia (março/2020), foram registrados no Serviço 23 (vinte e três) óbitos. E considerando apenas o ano de 2021, 11 (onze) óbitos.

Podemos observar que principal fator de “desligamento” do Serviço é pelo cumprimento do tempo estipulado para medida socioeducativa, o qual, de acordo com a avaliação da equipe de referência ensejará o encaminhamento ao um outro serviço do SUAS, dando continuidade ao processo de proteção do adolescente e sua família.

Durante a pandemia, o Serviço manteve o acompanhamento aos adolescentes, adotando os protocolos de segurança necessário, sendo que entre março/2020 e outubro/2020 ocorrendo de forma remota, e desde outubro de 2020, de com o retorno presencial, seguindo os protocolos pactuados nas instancias do SUAS. As orientações gerais ao serviço estão disponíveis em:

- **Orientação Técnica DPES/SUASS nº. 008/2020** - ASSUNTO: Orientações técnicas ao Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade - Medidas de prevenção ao contágio do Covid-19 e de organização da escala especial de trabalhadores.  
Acesso disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/orientacao-tecnica-dpes\\_suass-no-008\\_2020-medidas-socioeducativas-.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/orientacao-tecnica-dpes_suass-no-008_2020-medidas-socioeducativas-.pdf)
- **Orientação Técnica DPES/SUASS nº 13/2020** - ASSUNTO: Orientações ao Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas (NAMSEP) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Medidas de prevenção ao contágio do Covid-19 e de organização do regime de teletrabalho no contexto da aplicação de medidas socioeducativas e protetivas pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH).  
Acesso disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/orientacao-tecnica-dpes\\_suass-13\\_2020-namsep.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/orientacao-tecnica-dpes_suass-13_2020-namsep.pdf)
- **Protocolo SUAS/BH Nº 01/2020**, que dispõe sobre o retorno gradual das ações e atividades presenciais do SUAS/BH.  
Acesso disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2617>

## **2. O Serviço Especializado de Abordagem Social segue sendo ofertado, mesmo durante a pandemia de Covid-19? Existem dados de atendimento do serviço?**

Sim. Todos os serviços de atendimento e acompanhamento a população em situação de rua permaneceram em funcionamento presencial durante a pandemia. Em relação ao Serviço Especializado de Abordagem Social, para além do funcionamento continuado, o serviço foi ampliado para os finais de semana e feriados em agosto de 2020.

Em relação aos dados de atendimento, informamos que apenas no mês de Junho/2021, foram registrados mais de 1500 (mil quinhentos) atendimentos, alcançando 1.161 (hum mil cento e sessenta e um) usuários, informações disponíveis no Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais – SIGPS, por regional:

- CREAS Barreiro: 85 (oitenta e cinco) usuários atendidos;
- CREAS Centro Sul: 320 (trezentos e vinte) usuários atendidos;
- CREAS Leste: 185 (cento e oitenta e cinco) usuários atendidos;
- CREAS Nordeste: 83 (oitenta e três) usuários atendidos;
- CREAS Noroeste: 87 (oitenta e sete) usuários atendidos;
- CREAS Norte: 94 (noventa e quatro) usuários atendidos;
- CREAS Oeste: 113 (cento e treze) usuários atendidos;
- CREAS Pampulha: 98 (noventa e oito) usuários atendidos;
- CREAS Venda Nova: 96 (noventa e seis) usuários atendidos.

**3. Sobre os impasses indicados pela Subsecretaria de Direito e Cidadania no relatório, houve algum avanço em relação às seguintes questões: verba para manutenção do Centro de Referência da Juventude; o projeto Memorial Pela Vida da Juventude segue sem recursos; houve o avanço nos equipamentos de cozinha, estúdio de música e auditório?**

Informações relatório SUDC.

**4. Sobre os impasses indicados pela Subsecretaria de Assistência Social no relatório. O Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAM) avançou em novas estratégias para atingir o público-alvo? Há política específica de proteção aos adolescentes em situação de rua por risco de morte com, por exemplo, a qualificação das Unidades de Acolhimento Institucional?**

O PPCAM é um programa de gestão estadual. A política de assistência social não compõe a porta de entrada para o Programa, que a citar é o Sistema de Justiça e Conselho Tutelar. O município permanece nas discussões e aprimoramento da proteção à criança e ao adolescente em situação de risco no município. Neste exemplo, citamos a construção e discussão do protocolo de acolhimento emergencial de crianças e adolescentes, em processo de pactuação na Mesa de Diálogos do Suas com os Sistemas de Justiça e de Garantia de Direitos.

O município conta com 04 (quatro) unidades de acolhimento institucional exclusivas para os adolescentes em trajetória de vida nas ruas e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social também exclusivo para crianças e adolescentes, Centro POP Miguilim. Ademais, todos os serviços, programas, projeto e benefícios no âmbito socioassistencial deve ser direcionado às crianças, adolescentes e suas famílias, de acordo com sua demanda.

Insta-nos registrar, que recentemente o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, vem apoiando financeiramente 06 Unidades de proteção social às crianças e adolescentes para garantir o acolhimento institucional de daqueles ameaçados de morte, pactuado na Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social e deliberado pelo Conselho Estadual de Assistência Social.



**5. O município implementou a identificação racial para produção de dados sobre a segurança pública, educação, saúde, assistência social e serviços especializados, tais como aqueles destinados a crianças e adolescentes (Conselho Tutelar, medidas socioeducativas e outros) e de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher e demais áreas de atuação?**

No âmbito socioassistencial, foi implantada a Orientação técnica para o registro dos dados referentes a Raça-Cor e Etnias no cadastro de cidadãs e cidadãos no Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais – SIGPS, disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUASS/orientacao-tecnica\\_raca-cor\\_20210303-1.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUASS/orientacao-tecnica_raca-cor_20210303-1.pdf)

Complementação SUDC.

**6. É ofertado aos agentes de segurança pública formação que aborde a educação em direitos humanos, racismo e discriminação racial? Se sim, requer-se sejam enviados plano pedagógicos, com periodicidade de oferta, datas de realização, setores envolvidos e número de servidores e servidoras alcançados.**

Resposta Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e SUDC.

**7. É ofertado aos trabalhadores de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, bem como ao Conselho Tutelar formação que aborde a educação em direitos humanos, racismo e discriminação racial? Se sim, requer-se sejam enviados planos pedagógicos, com periodicidade de oferta, datas de realização, setores envolvidos e número de servidores alcançados?**

De acordo com a Norma Operacional Básica SUAS (Brasil, 2012), a gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização da(o) trabalhadora(or) e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As ações de Gestão do Trabalho e de Educação Permanente ressignificam a gestão dos recursos humanos da Política de Assistência social no âmbito da gestão pública, estabelecendo o compromisso técnico, ético e político com a oferta de qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS.

O Plano Municipal de Educação Permanente é um dos instrumentos de gestão necessários à operacionalização da Política de Educação Permanente do SUAS, caracterizando-se como ferramenta para a estruturação e para o planejamento técnico e financeiro das ações de Educação Permanente no município de Belo Horizonte, bem como a formulação de diretrizes para a elaboração dos planos anuais de capacitação e seus planos de ação e do plano de ação da formação.

Plano Municipal de Educação Permanente - vigência: 2018-2021. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2540>

Foi instituído também o Núcleo Municipal de Educação Permanente por meio da Portaria SMAAS nº 17/2017, de 22 de julho de 2017, como uma instância colegiada consultiva e de assessoramento à Subsecretaria de Assistência Social na implementação das ações de Educação Permanente no SUAS-BH. Este Núcleo é composto por representações das(os) usuárias(os), das (os) trabalhadoras (es), do órgão gestor, das organizações da sociedade civil com atuação no SUAS, do CMAS, das Instituições de Ensino Superior, Escolas de Governo e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, integrantes da Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS – RENEPS/SUAS e dos conselhos das categorias profissionais, conforme normativas do SUAS.

Outras informações sobre as capacitações introdutórias, projeto Apoiar SUAS-BH, Gestão do trabalho do SUAS, educação permanente do SUAS e pesquisas científicas podem ser acessados em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/assistencia-social/gestao-do-suass/trabalho-e-educacao>

#### **8. Existe e qual tem sido a assistência ofertada pela Prefeitura do Município de Belo Horizonte ao egresso do sistema prisional?**

Inicialmente é oportuno destacar que a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, estabelece em seu Art. 10, aponto ao Estado, a assistência ao preso, ao internado e ao egresso a assistência material, a saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Deste modo, o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), de gestão e execução do Estado, tem como objetivo principal propiciar o acesso a direitos e promover condições para a inclusão social de homens e mulheres egressos do sistema prisional. O Programa realiza um acompanhamento qualificado do público atendido, possibilitando o acesso a direitos sociais e aos direitos assegurados na Lei de Execução Penal, para contribuir, a partir disso, para a diminuição da reincidência criminal.

No âmbito da PBH, os egressos são inseridos nos diversos serviços, programas, projetos e benefícios instituídos na municipalidade. A organização da política pública de assistência social está organizada por níveis de proteção, com atendimento conforme as necessidades sociais dos usuários. Observa-se grande incidência de acesso dos egressos ao cadastramento ao CadÚnico para acesso aos programas sociais, bem como, as unidades de acolhimento institucional (casa de passagem e migrantes).

A disposição para as demais informações necessárias,

Atenciosamente,

**Regis Aparecido Andrade Spíndola**

Ofício SUDC/SMASAC – Nº 171/2021

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.

**Ref.: Manifestação sobre o Requerimento de Comissão nº 1172/2021 – Ofício Dirleg nº 3.293/21.**

Prezada Secretária

Em relação ao Requerimento de Comissão nº 1172/2021 – encaminhado por meio do Ofício Dirleg nº 3.293/21 – do qual nos compete manifestação às solicitações constantes nos itens “3”, “5”, “6” e “7”, quais sejam:

3. Sobre os impasses indicados pela Subsecretaria de Direito e Cidadania no relatório, houve algum avanço em relação às seguintes questões: verba para manutenção do Centro de Referência da Juventude; o projeto Memorial pela Vida da Juventude; o projeto Memorial Pela Vida da Juventude segue sem recursos; houve o avanço nos equipamentos de cozinha, estúdio de música e auditório?
5. O município implementou a identificação racial para produção de dados sobre segurança pública, educação, saúde, assistência social e serviços especializados, tais como aqueles destinados a crianças e adolescentes (Conselho Tutelar, medidas socioeducativas e outros) e de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e demais áreas de atuação?
6. É ofertada aos agentes de segurança pública formação que aborde a educação em direitos humanos, racismo e discriminação racial? Se sim, requer-se sejam enviados os planos pedagógicos, com periodicidade de oferta, datas de realização, setores envolvidos e número de servidores e servidoras alcançados.
7. É ofertada aos trabalhadores de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, bem como ao Conselho Tutelar formação que aborde a educação em direitos humanos, racismo e discriminação racial? Se sim, requer-se sejam enviados os planos pedagógicos, com periodicidade de oferta, datas de realização, setores envolvidos e número de servidores e servidoras alcançados.

A Subsecretaria de Direitos de Cidadania – SUDC, com a colaboração da Diretoria de Políticas para as Juventudes – DPJU, da Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial – DPIR e da Diretoria de Políticas para Crianças e Adolescentes – DPCA, manifesta pelo que se segue.

No que se refere ao questionamento do **item “3”**, especificamente à verba para manutenção do Centro de Referência da Juventude – CRJ e ao processo de aquisição de equipamentos para cozinha, estúdio de música e auditório, encaminhamos o Anexo I para subsidiar a resposta. Percebe-se que de 2017 para 2022 o custeio do CRJ aumentou de R\$ 207.783,94 para R\$ 1.994.386,00, isso reflete a estruturação da equipe, o custeio do espaço e a aplicação de recursos para execução de ações e atividades para as juventudes.



Ressaltamos que os valores percebidos têm grande variação devido às emendas parlamentares frequentes ao orçamento do CRJ. Destacamos que as emendas de instalação do wi-fi, equipagem da cozinha e do estúdio, são oriundas de emendas populares acolhidas pela CMBH e que se converteram em projetos do poder executivo para sua efetivação. A rede de wi-fi se encontra instalada, assim como as obras de prevenção de incêndio para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, foram realizadas. Quanto à cozinha e ao estúdio, o projeto está sendo executado com fomento e monitoramento do Ministério Público do Trabalho e da Promotoria da Infância e Juventude.

Já o Projeto Memorial pela Vida da Juventude Negra está em vias de possuir um Projeto Educativo por meio de recursos do fundo do Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA. O Projeto foi elaborado pelo CRJ em diálogo com seu Comitê Gestor e discutido e aprovado pela Comissão de Políticas Públicas do CMDCA, estando em fase de construção de Chamamento Público para sua realização..

Uma das etapas do Memorial foi a construção de um Monumento criado coletivamente com jovens artistas, familiares e jovens pesquisadores, sob a orientação e supervisão técnica do renomado artista plástico mineiro Jorge dos Anjos e com fomento do poder executivo, seja por recursos do Fundo de Cultura que custearam parte do projeto, seja pela oferta de vale social para os participantes e apoio técnico ao projeto. A obra de arte, intitulada Aya: Árvore da Vida, foi doada ao CRJ e lá foi permanentemente assentada. Na Inauguração do Memorial pela Vida da Juventude Negra, em dezembro de 2019, participaram gestores, instituições parceiras, coletivos juvenis, famílias dos jovens assassinados, ativistas, atores sociais, intelectuais e artistas.

O Projeto Educativo do Memorial pela Vida da Juventude Negra irá desenvolver um percurso educativo e artístico em torno do Memorial pela Vida da Juventude Negra no Centro de Referência das Juventudes junto a adolescentes e jovens atendidos pelas políticas públicas do município de Belo Horizonte, garantindo um espaço de reflexão do público adolescente e jovem sobre a temática da violência letal contra a juventude negra. Inicialmente serão atendidos entre 800 e 1600 adolescentes e jovens da rede pública de ensino, do sistema socioeducativo e das Unidades de Acolhimento Institucional, com idades entre 12 e 21 anos, por meio de visitas presenciais no Centro de Referência das Juventudes.

Um material de apoio em formato impresso/online (folder, panfleto, manual) com conteúdos relacionados ao Memorial pela Vida da Juventude Negra também será desenvolvido, além de uma exposição com material oriundo das devolutivas das escolas e centros socioeducativos a respeito da experiência e vivência do Projeto Educativo do Memorial e de materiais produzidos durante as ações educativas nas atividades lúdicas e dialógicas, registradas pelos jovens monitores.

Quanto ao questionamento do **item “5”**, menciona-se que essa é uma das ações previstas no Plano Municipal de Igualdade Racial no Eixo 02 – Gestão da Informação. Esse eixo possui metas previstas para serem realizadas em médio e longo prazo com ações que busquem:

- construção de instrumentos que permitam o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações de Promoção da Igualdade Racial;
- reformulação gradativa dos formulários para inclusão do quesito raça/cor/etnia, inclusive nome social; e
- desenvolvimento do plano de formação e qualificação dos servidores que trabalham com preenchimento dos formulários com cronograma de oficinas.

Ressalta-se que as ações supramencionadas já estão em fase de implementação, com constante avaliação e replanejamento. Cita-se como exemplo a importante produção realizada pela Subsecretaria de Assistência Social – SUASS com a construção de nota técnica<sup>1</sup> de orientação dos servidores da Assistência Social, para a correta aplicação dos quesitos raça/cor/etnia nos formulários do órgão. Essa publicação, emitida em 2020, tem sido referência para a readequação do procedimento em outros órgãos. Ademais, órgãos como o Conselho Tutelar e a URBEL já estão em processo de readequação de seus sistemas de cadastro e formação de servidores para aplicação do quesito.

Também mencionamos a produção de material gráfico informativo sobre a importância do quesito raça/cor/etnia que está disponível e sendo divulgado para todos os servidores das diversas secretarias e órgãos da PBH e está acessível para o público em geral no site da prefeitura<sup>2</sup>.

Além disso, está em fase de produção uma formação para todos os Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte sobre o quesito raça/cor/etnia em plataforma EAD, em formato de videoaulas, com duração de cerca de 40 minutos e com previsão de disponibilização de acesso ainda no ano corrente. O intuito é que, após a realização dessa formação e avaliação dos resultados, o curso seja estendido a outros órgãos da Prefeitura com as devidas adequações a respeito do público atendido e tipo de serviço prestado. O conteúdo que será abordado, versará sobre os seguintes temas:

- apresentação geral do Projeto Raça/Cor/Etnia, da DPIR, Lei nº 9.934/2010, Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Racismo estrutural no Brasil;

<sup>1</sup> [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUASS/orientacao-tecnica\\_raca-cor\\_20210303-1.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUASS/orientacao-tecnica_raca-cor_20210303-1.pdf)

<sup>2</sup> [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUDC/sudc\\_dpir\\_quesito-raca-cor\\_digital\\_20210701.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUDC/sudc_dpir_quesito-raca-cor_digital_20210701.pdf)

- conceitos básicos (raça, cor, etnia, Povos e Comunidades Tradicionais, discriminação, racismos, preconceito racial, racismo estrutural, racismo institucional, racismo ambiental, intersetorialidade, interseccionalidade, entre outros);
- ordenamento jurídico (Lei Caó, Estatuto da Igualdade Racial, ECA, artigos específicos do Código Penal sobre crimes de injúria racial, Decreto nº 4.060/2013, entre outros);
- relação do sistema classificatório de raça/cor do IBGE e demais indicadores na promoção de políticas públicas;
- Povos e Comunidades Tradicionais presentes na Cidade de Belo Horizonte (Histórico da Cidade, Unidades Territoriais Tradicionais – UTTs/Kilombus no contexto urbano;
- garantia de direitos e sistemas de proteção Povos e Comunidades Tradicionais;
- Povos Indígenas em contexto urbano e Povos Ciganos na cidade; e
- crianças e adolescentes e o pertencimento étnico racial, racismo e pobreza.

No que concerne ao **item “6”**, é importante mencionar que desde 2017 a DPIR realiza qualificação dos servidores da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH para sua atuação diária, buscando assegurar o direito dos Povos e Comunidades Tradicionais e população negra à uma vivência digna, experienciando suas expressões culturais e tradições.

Nesse escopo, destaca-se que essas formações são realizadas com a colaboração de servidores autodeclarados negros e/ou integrantes dos PCT e que compõem os quadros de profissionais da GMBH. Essa estratégia tem sido bem recebida pelos servidores e reforça a importância do lugar de fala no processo de construção e compreensão dos atravessamentos e violações impostas em nossa sociedade.

No âmbito dessas formações ofertadas para melhor atuação da GMBH, evidencia-se o Programa de “Capacitação de Servidores da PBH para Atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana nos Parques e Cemitérios”. Essa capacitação é realizada pela DPIR, em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Prevenção – SMSP e a Fundação Municipal de Parques e Zootécnica – FMPZ, e visa garantir que sejam respeitados os direitos de utilização dos parques e cemitérios de Belo Horizonte para a prática dos rituais sagrados dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, bem como estabelecer diretrizes de atendimento e utilização de procedimentos adequados em relação aos materiais usados na realização dos rituais.

O Programa tem como objetivo assegurar a observância ao artigo 5º da Constituição Federal que preconiza ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Para tanto, faz-se necessário esse envolvimento dos

diversos órgãos municipais no sentido de criar condições para o acesso seguro e respeitoso das comunidades tradicionais para a realização das cerimônias e oferendas tradicionais. Ademais, essas formações são pensadas de modo a abordar as diversas formas de racismos, buscando assim que os servidores tenham compreensão das características e fundamentos culturais que conformam as multiplicidades e diversidade étnica cultural dos munícipes de Belo Horizonte.

Outra ação formativa direcionada especificamente para a Guarda Municipal, tem sido realizada por ocasião do carnaval, período em que crescem as violações à população negra de Belo Horizonte, sobretudo no que se refere à expressão das tradições culturais, presentes nos blocos Afros, Afoxés e Escolas de Samba e à criminalização direcionada à juventude negra da cidade, a qual é imposto uma tentativa de restrição de acesso aos diversos espaços da cidade. Visando combater as violações que possam ocorrer, tal formação é realizada com ênfase na garantia dos direitos humano e, para além da formação, há um plantão de monitoramento no Centro de Operações da Guarda Municipal – COP com equipes da SUDC, a fim de acompanhar os procedimentos de segurança adotados pelo efetivo em serviço durante à festividade.

Para além das formações continuadas, cabe informar que está em andamento a produção de uma cartilha, fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC e a Controladoria Geral do Município. Esse material será destinado a todos os servidores da PBH e tem previsão de lançamento em dezembro do ano corrente. A cartilha versará sobre diversos conceitos e ações que visam assegurar os Direitos Humanos, a igualdade racial, a igualdade geracional e o combate às diversas formas de assédio e discriminações no ambiente de trabalho.

Por fim, para o que consta no **item “7”**, informamos que por meio da campanha BH Sem Racismo são realizadas pela DPIR diversas formações ao longo do ano, tendo como público-alvo todos os servidores municipais e conselheiros, que buscam combater o racismo reproduzido contra servidores em seu ambiente do trabalho bem como as violações ocorridas na oferta dos serviços prestados à população negra e aos Povos e Comunidades Tradicionais de Belo Horizonte. Para tanto, é dado um enfoque sobre o racismo institucional, a fim de viabilizar que os participantes compreendam as origens dessa violência e possam identificar as condutas de discriminação racial enquanto vítimas ou agentes dessa opressão.

Embora as formações sejam abertas e em horário de trabalho, a participação é voluntária, estando a critério do servidor. Dessa forma, com o apoio da Assessoria de Comunicação da SMASAC, tem-se realizado ampla divulgação e dialogado com os responsáveis pelos diversos órgãos para que haja maior participação dos servidores.

As formações continuadas mencionadas são:



- **Webmaio** – são debates que subsidiam as políticas públicas de reparação e igualdade racial, demarcando o mês de maio e as consequências da abolição inacabada. Iniciada em 2021 tendo em vista a inserção da palavra reparação na denominação da Diretoria e por essa gestão ter a compreensão de uma diretriz para as políticas de igualdade racial no município. Logo, a DPIR tem buscado pautar as demandas por reparação, que são reivindicações presentes na trajetória dos Povos e Comunidades Tradicionais e da população negra de Belo Horizonte.
- **Julho Pretas** – são ações voltadas para reflexão sobre o dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha e Dia Municipal Dona Valdete, tendo como público-alvo servidoras consideradas invisíveis, em sua grande maioria mulheres negras que ganham voz para discutir o racismo a discriminação a que são expostas nos mais diversos ambientes. Nessas capacitações tem sido abordado o papel das mulheres negras e de tradição na resistência e preservação de saberes na cidade de Belo Horizonte.
- **Novembro Preto** – são ações formativas e comemorativas envolvendo governo e sociedade civil que acontecem desde 2017 em todo município e que marcam o Mês da Consciência Negra. O principal objetivo do Novembro Preto é fomentar a reflexão sobre a importância do povo negro e da cultura de matriz africana na construção, história e cultura de Belo Horizonte, além de também evidenciar os problemas sociais que ainda afligem essa parcela que representa 53% da população da cidade.

Em 2020, diante da pandemia de COVID-19, a DPJU elaborou um plano de formação em direitos das juventudes, para realização à distância, por meio de articulação entre a SUDC e a Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP. A proposta é que a formação alcance trabalhadores em diferentes níveis da PBH, incluindo agentes da Guarda Civil Municipal e trabalhadores da Política de Assistência Social. O planejamento da ação encontra-se no Anexo II.

Informamos também que a DPJU, em parceria com Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, apresentado pelo pesquisador Jailson de Souza e Silva, elaborou em 2020 uma proposta de formação sobre juventudes e Direitos Humanos, intitulada: “Juventudes e Favela: as formas de ver definem as formas de intervir”. A ação que seria presencial foi inicialmente adiada foi readequada para realização virtual. A formação contará com um momento específico para agentes públicos e um segundo momento com a sociedade civil.

Já a DPCA está desenvolvendo o Programa de “Educação em Direitos Humanos de Belo Horizonte” (Anexo III), em processo de implementação, no qual estão previstos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
SUBSECRETARIA DE DIREITOS DE CIDADANIA

seminários, oficinas e rodas de conversa nas modalidades presencial e de ensino à distância e que tem como público-alvo servidores e/ou sociedade civil, Conselheiros Tutelares, profissionais das políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos de Cidadania, Segurança, Cultura, Segurança Alimentar, Esportes e trabalhadores das instituições de acolhimento, que atuam em serviços ou programas de atendimento à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou com direitos violados.

Sendo o que se apresenta para o momento, nos colocamos à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Thiago Alves da Silva Costa  
Subsecretario de Direitos de Cidadania

Ilma. Sra.  
Maíra da Cunha Pinto Colares  
Secretária de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

**Portal da Assinatura - PBH**

8 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Segunda-feira, 18 de Outubro de 2021 às 11:24

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

**Of 171-2021 SUDC-SMASAC - Manifestacao Requerimento de Comissao n 117**

Documento assinado digitalmente por assinatura qualificada, em Segunda-feira, 18 de Outubro de 2021 às 11:24

Assinante: THIAGO ALVES DA SILVA COSTA CPF: 06799706650

Hash da assinatura: 72FB86AE132A2C87FF0086E88A41634567054266 Para validar utilize o QR Code ao lado.



## PLANO DE FORMAÇÃO - DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

**1. Identificação****Programa:** FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DE BELO HORIZONTE – DHBH**Ações de Capacitação:** Diretoria de Políticas para Criança e Adolescentes

Convênio 882599/2019

**Competências Desenvolvidas:**

- Compreender as formas de trabalho infantil, com base nas normatizações Nacionais e Internacionais;
- Reconhecer, discorrer e aplicar a legislação protetiva da criança e do adolescente quanto à exploração do trabalho infantil, com ênfase nas piores formas do fenômeno;
- Compreender o trabalho infantil doméstico e outras formas;
- Reconhecer situações de trabalho proibido no contexto dos grandes centros urbanos com aplicação dos conhecimentos teóricos assimilados;
- Reconhecer, discorrer e aplicar a legislação protetiva da criança e do adolescente quanto à exploração do trabalho infantil, com foco nas situações mais encontradas em meio urbano;
- Identificar as condutas e procedimentos a serem adotados pelos profissionais da rede socioassistencial diante das situações encontradas e focar a Aprendizagem Profissional e o Trabalho Protegido;
- Compreender a importância do trabalho em rede para a proteção da criança e do adolescente e o papel dos profissionais com todas as suas atribuições/competências.
- Identificar situações e propor formas de atuação/fluxos de atendimento e encaminhamentos no âmbito de suas atribuições.

**Público Alvo:** Servidoras(es) e/ou sociedade civil. Conselheiros Tutelares, profissionais das políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos de Cidadania, Segurança, Cultura, Segurança Alimentar, Esportes e trabalhadores das instituições de acolhimento, que atuam em serviços ou programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e ou com direitos violados.

**Unidade Responsável:** Diretoria de Políticas para Criança e Adolescente**2. Justificativa**

Melhoria no atendimento à população usuária e no aprimoramento do diálogo com os servidores para potencializar a luta conjunta contra as desigualdades e na afirmação da diversidade, reforçando o compromisso institucional da PBH nas suas ações com o fortalecimento e respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes;

**3. Objetivo de Aprendizagem**

- Orientar agentes públicos no que tange o desenvolvimento de práticas profissionais inclusivas.
- Contribuir para formação continuada dos Agentes públicos visando à valorização da diversidade humana com respeito às diferenças culturais, geracionais, étnicas, raciais, de gênero, físicas dentre outras.
- Oferecer condições para que os participantes se tornem multiplicadores de práticas cidadãs e da defesa dos direitos humanos em seus ambientes de trabalho e em suas comunidades.

**4. Estrutura**



<b>Ação de Capacitação:</b> Seminário de Políticas de Proteção à Criança e Adolescentes		<b>Carga Horária:</b> 4h
<b>Ementa:</b> de caráter teórico-prático, o seminário pretende articular, aprofundar e integrar os conhecimentos adquiridos na atuação cotidiana dos serviços públicos, conselheiros tutelares e OSC's que atendem crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil de tal modo que os participantes sejam mobilizados em suas atitudes e condutas, para adquirir e desenvolver capacidades que lhes permitam compreender a importância que exige dos profissionais conhecimento metodológico para adequada abordagem, identificação, notificação e devidos encaminhamentos com foco na atuação intersetorial, em busca de convergência de objetivos e efetividade das políticas públicas para a prevenção, promoção da aprendizagem profissional e do trabalho protegido e a consequente interrupção dos ciclos do fenômeno.		
<b>Objetivos de Aprendizagem (ação/evento):</b> contribuir na atuação cotidiana com crianças e adolescentes em situação de violência, exigem dos profissionais um constante exercício de reflexão sobre suas práticas, com o contínuo compartilhamento e troca de experiências, em busca de aprimorar o alcance dos propósitos de suas ações, bem como a prevenção e interrupção dos ciclos de violência. Colaborar para a compreensão do trabalho infantil e suas consequências, formas de abordagem e identificação, bem como da atuação intersetorial como estratégia de enfrentamento.		
<b>Público:</b> Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil		
<b>Metodologia:</b> Webinar seminário online.		
Período de Realização: 2021/2022		
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 pessoas		01.SEM.DPCA.882599
<b>Ação de Capacitação Oficina 1:</b> Enfrentamento às violências contra Crianças e Adolescentes		<b>Carga Horária:</b> 3h
<b>Ementa:</b> Enfrentamento às práticas de violência; Atores, Papéis e Atribuições na Rede de Proteção; Enfrentamento da Violência Sexual; Bullying; violências e discriminações sociais, familiar e coletiva; fluxo da notificação de suspeitas ou de ocorrências de violação de direitos contra crianças e adolescentes; formas de abordagem e identificação e notificação, atuação das políticas de segurança e do conselho tutelar como estratégia de enfrentamento ao fenômeno.		
<b>Objetivos de Aprendizagem (ação/evento):</b> promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação dos atores, objetivando entender os documentos essenciais a serem produzidos ao longo do atendimento, bem como os(as) responsáveis por sua elaboração; Fornecer elementos para o entendimento e a participação consciente e ativa dos atores nos processos no enfrentamento a violências contra a criança e adolescente.		
<b>Público:</b> Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil. Conselheiros Tutelares, profissionais das políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos de Cidadania, Segurança, Cultura, Segurança Alimentar, Esportes e trabalhadores das instituições de acolhimento, que atuam em serviços ou programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou com direitos violados.		
<b>Metodologia:</b> Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.		
Período de Realização: 2021/2022		
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes		1.OF.DPCA.882599/2019



<b>Ação de Capacitação Oficina 2: Trabalho infantil</b>		<b>Carga Horária: 3h</b>
<p>Ementa: Abordagem e atendimento às crianças vítimas do trabalho infantil; Estratégias para qualificar a identificação de crianças e adolescentes e o correto uso da Ficha de Notificação; trabalho intersetorial para a sensibilização dos responsáveis em relação ao trabalho infantil; o desafio do movimento para a provocação de uma mudança cultural, Trabalho infantil no tráfico de drogas e a atuação das políticas públicas de segurança e estudo de casos. Programa de Aprendizagem Profissional e o Trabalho Protegido para Adolescentes com enfoque para a Legislação Federal de aprendizagem Profissional e o Trabalho Protegido, Fluxos, participação das empresas e DECRETO Nº 17.597/21 da PBH- Programa Municipal de Oportunidade e Inclusão para Jovem Aprendiz, Pessoa com Deficiência ou Reabilitado Aprendiz.</p>		
<p>Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): Qualificar profissionais da rede socioassistencial, da saúde, educação e sociedade civil para o enfrentamento do trabalho infantil, a partir da análise e compreensão das piores formas de trabalho infantil. Discutir propostas de ações para o enfrentamento, a partir da atuação integrada, em rede, visando ao aperfeiçoamento e maior efetividade na proteção integral da criança e do adolescente.</p>		
<p>Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil</p>		
<p>Metodologia: Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.</p>		
<p>Período de Realização: 2021/2022</p>		
<p>Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes</p>		2.OF.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Oficina 3: Estatuto da Criança e Adolescente.</b>		<b>Carga Horária: 3h</b>
<p>Ementa:</p>		
<p>Objetivos de Aprendizagem (ação/evento):</p>		
<p>Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil</p>		
<p>Metodologia: Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.</p>		
<p>Período de Realização: 2021/2022</p>		
<p>Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes</p>		3.OF.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Oficina 4: Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes</b>		<b>Carga Horária: 3h</b>
<p>Ementa: Conceitos e caracterização da violência sexual, Lei 13.431/17 - Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e estrutura da rede de atendimento às vítimas dessas violências. Estratégias para uma abordagem preventiva com as crianças e adolescentes de identificação da violência sexual (orientação, divulgação, campanhas para sensibilização e canais de denúncia), o acesso de crianças e adolescentes às mídias sociais na internet - da garantia de direito aos riscos de segurança e</p>		

apontamentos para implantação e adequações de políticas públicas a partir das experiências vividas na pandemia.	
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): Capacitar servidores e a sociedade civil a atuarem como agentes de prevenção, mitigação e enfrentamento de casos de exploração e de abuso sexual de crianças e adolescentes, fortalecendo a campanha nacional de promoção de uma cultura de não-violência, de paz e de respeito aos direitos humanos, atuando também sempre que necessário, na orientação sobre as redes de apoio e acolhimento às vítimas	
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil	
Metodologia: Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.	
Período de Realização: 2021/2022	
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes	4.OF.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Oficina 5: Desenvolvimento integral da criança e do adolescente</b>	<b>Carga Horária: 3h</b>
Ementa: Desenvolvimento integral como direito na Primeira Infância: contribuições interdisciplinares e sociopolíticas; A proteção integral da criança na primeira infância no contexto da privação de liberdade de seus pais; Acolhimento Institucional e Familiar, Intersetorialidade e Proteção Integral da Criança na Primeira Infância; desafios de uma abordagem pautada em Direitos Humanos; Integração do atendimento como Direito;	
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): promover a compreensão da importância desse período da vida e as estratégias para atuação intersetorial.	
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil	
Metodologia: Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.	
Período de Realização: 2021/2022	
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes	5.OF.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Oficina 6: Profissionais de atendimento e defesa do Sistema de Garantia de Direitos</b>	<b>Carga Horária: 3h</b>
Ementa: aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente;	
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): Buscar a intersetorialidade entre as diferentes áreas do governo, otimizando espaços, serviços e competências é condição imprescindível para que as crianças e os adolescentes sejam atendidos de modo integral, como prevê o ECA.	
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil	
Metodologia: Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em	





na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.		
Período de Realização: 2021/2022		
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes		6.OF.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Roda de Conversa virtual 1:</b> Controle social da política para crianças e adolescentes		<b>Carga Horária:</b> 3h
Ementa: desafios para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.		
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): refletir a participação dos conselhos gestores na elaboração e efetivação das políticas públicas para as crianças e adolescentes;		
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil		
Metodologia: Roda de conversa virtual de aprendizagem, comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e contará com o recurso digital Mentimeter de interação para grandes grupos e registro . Sala virtual na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.		
Período de Realização: 2021/2022		
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes		1.RD.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Roda de Conversa 2:</b> Desafios para garantia dos direitos para crianças e adolescentes		<b>Carga Horária:</b> 3h
Ementa: avanços trazidos pela aplicação do <b>ECA</b> ; dificuldades relacionadas à territorialidade e a desigualdade; desafios trazidos pela pandemia		
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): Discutir a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no contexto da pandemia.		
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil		
Metodologia: Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.		
Período de Realização: 2021/2022		
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes		2.RD.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Roda de Conversa Virtual 3:</b> O que diz o Estatuto da Criança e Adolescente		<b>Carga Horária:</b> 3h
Ementa: ações governamentais e não governamentais na garantia de direitos; Princípios do Direito da Criança e do Adolescente; Direito Fundamental; Menoridade e Responsabilidade Penal; Política de Atendimento; Atos infracionais; Medidas socioeducativas.		
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): Discutir o estatuto da criança e do adolescente e o papel de instituições no desenvolvimento e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, a atuação da sociedade civil. As transformações e os desafios que a pandemia trouxe à tona e o que diz o estatuto.		
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil		

Metodologia: Oficina virtual de aprendizagem via comunicação por vídeo ao vivo com utilização de metodologias ativas e aplicativos que poderão contribuir para o desenvolvimento da oficina. Sala virtual em na página eadpbh.gov.br no ambiente MOODLE que permite a interação através de chat, fóruns entre outras possibilidades prévias ou posteriores a aula ao vivo.	
Período de Realização: 2021/2022	
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes	3.RD.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Roda de Conversa Virtual 4:</b> Conhecendo a rede de atendimento à crianças e adolescentes	<b>Carga Horária: 3h</b>
Ementa: conhecer a rede de atendimento socioassistencial da PBH de atendimento a crianças e adolescentes; a intersectorialidade como premissa básica para o trabalho com crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social, políticas de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer e demais políticas inclusivas.	
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): Contribuir para o entendimento sobre as situações de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, instrumentalizando-os para o qualificado acolhimento e encaminhamento das vítimas, na rede específica.	
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil	
Metodologia: Híbrida	
Período de Realização: 2021/2022	
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes	4.RD.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Roda de Conversa Virtual 5:</b> Adolescentes em conflito com a lei	<b>Carga Horária: 3h</b>
Ementa: ato infracional e aplicabilidade do princípio da proteção integral e o papel dos atores do SGD, a aplicação de medidas socioeducativas, seus efeitos e a ressocialização. Justiça restaurativa e os adolescentes infratores e o Trabalho infantil no tráfico de drogas; A aplicação de medidas socioeducativas; compreensão das atribuições dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social.	
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): Discutir assuntos relacionados ao Regimento Interno do Sistema Socioeducativo, ao atendimento à adolescentes em conflito com a lei, a aplicabilidade das medidas socioeducativas, e ainda, relações interpessoais e motivação para o trabalho.	
Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil	
Modalidade: Híbrido	
Período de Realização: 2021/2022	
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes	5.RD.DPCA.882599/2019
<b>Ação de Capacitação Roda de Conversa Virtual 6:</b> Inclusão social de crianças e adolescentes	<b>Carga Horária: 3h</b>
Ementa:.	
Objetivos de Aprendizagem (ação/evento): analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem com necessidades especiais, observando sistematicamente o interesse e o comportamento.	



Público: Servidoras(es) públicos e/ou sociedade civil	
Modalidade: Híbrida	
Período de Realização: 2021/2022	
Nº de Participantes: estimativa mínima de 50 participantes	6.RD.DPCA.882599/2019

## **ANEXO II – PROPOSTA DE FORMAÇÃO EM DIREITOS DAS JUVENTUDES**

### **ENVIADA À SUGESP PBH**

<b>1. Identificação</b>	
Programa:	
Módulo: <b>Juventudes: direitos e políticas públicas</b>	Carga Horária: <b>09 horas</b>
Competências Desenvolvidas:  <b>1.</b> Conhecimento sobre história de lutas, direitos, leis e políticas públicas de juventudes;  <b>2.</b> compreensão de diversidades e hierarquias de poder presentes na categoria juventudes;  <b>3.</b> aprimoramento de habilidades para elaborar e desenvolver ações que tenham como público a população jovem em Belo Horizonte.	
Público Alvo: Servidoras(es), estagiárias(os), aprendizes, adolescentes trabalhadoras(es) e funcionárias(os) terceirizadas(os) atuantes na Prefeitura de Belo Horizonte.	
Unidade Responsável: <b>Diretoria de Políticas para a Juventude (DPJU)</b>	
Número de Ações de Capacitação: <b>03</b>	
<b>2. Justificativa do Módulo</b>	

A Diretoria de Políticas para a Juventude (DPJU) integra, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), a Subsecretaria de Direito e Cidadania (SUDC). A DPJU foi instituída no organograma da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) a partir da reforma administrativa de agosto de 2017. É competência da DPJU favorecer a elaboração de diretrizes de políticas públicas municipais no que se refere à promoção dos direitos de jovens, conforme prevê a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude. Para tanto, uma de suas frentes de trabalho é o desenvolvimento de formações que buscam favorecer a incidência da pauta dos direitos das juventudes entre os diversos setores de políticas públicas municipais em Belo Horizonte.

Nas últimas décadas, os processos de participação social, política e cultural protagonizados por jovens no Brasil e em outros países da América Latina têm produzido múltiplas implicações. Entre elas, uma intensa ampliação do debate em torno da categoria juventudes na cena social, política, jurídica, cultural e acadêmica. No Brasil, o Estatuto da Juventude emerge como conquista da ampla articulação entre movimentos juvenis e movimentos sociais diversos. Embora a aprovação dessa Lei específica para o público jovem, entre 15 e 29 anos de idade, tenha ocorrido em data relativamente recente, a Constituição Federal brasileira de 1988 já trazia em seu Capítulo VII alguns pontos de reconhecimento de jovens como categoria distinta de crianças e de adolescentes. Os direitos previstos na suprema lei brasileira são ratificados no Estatuto da Juventude, que em três capítulos delimita especificidades de direitos à participação social e política, à diversidade e à igualdade, à liberdade de comunicação e expressão, à cultura, à saúde, à educação, entre outros campos que visam garantir o exercício de cidadania.

Em algumas áreas de conhecimento, tem havido uma confusão entre adolescência e juventude, muitas vezes tratadas como sinônimo. Isso reflete também no cotidiano de políticas públicas, cujas concepções e práticas geralmente estão voltadas ao público adolescente, baseadas em instrumentos legais como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), mas utilizando a nomenclatura juventude para referir-se aos sujeitos de seu trabalho. O fato de o ECA ter sido implementado duas décadas antes do Estatuto da Juventude explica parcialmente a maior visibilidade das discussões sobre adolescência. Ampliar o conhecimento sobre o Estatuto da Juventude, sobre as lutas e práticas sociopolíticas e culturais de jovens consiste em fortalecer a compreensão das juventudes como sujeitos de direitos. A distinção está para além de uma



definição etária. Ela é importante também para reconhecer e fomentar estratégias de promoção de direitos juvenis, bem como para delinear ações concretas de enfrentamento aos fenômenos que atingem a vida de jovens.

A redução da categoria juventude à adolescência implica também em identificar equivocadamente a juventude como moratória, um momento transitório e menos importante que a vida adulta. Tal percepção, que enxerga jovens como um “vir a ser no futuro” funciona como ferramenta conceitual e política que tem como consequência a negação da(o) jovem como sujeito. O Estatuto da Juventude, em articulação com estudos no campo das juventudes e com saberes produzidos no cotidiano das lutas dos movimentos sociais, é, dessa maneira, uma das estratégias para desconstruir a invisibilização e deslegitimação de jovens como sujeitos de direitos no presente. A formação aqui proposta visa ampliar a compreensão de agentes públicos sobre direitos e demandas urgentes das juventudes, com as quais o Estado precisa comprometer-se.

Tratar de juventudes, no plural, é uma escolha teórico-política que reflete a compreensão de que existem diversas maneiras de viver a juventude a partir de marcadores raciais, de gênero, de orientação sexual, culturais, socioeconômicos, territoriais, entre outros tantos que diferenciam as trajetórias de vida jovens. O reconhecimento, respeito e valorização dessa diversidade de modos de existência juvenis precisa estar associado à noção de que as diferenças tem sido historicamente utilizadas para hierarquizar, silenciar e oprimir. Nesse sentido, as juventudes negras estão entre os setores atingidos por uma série de fenômenos - como homicídios, feminicídios e encarceramento em massa - que vêm sendo caracterizados como genocídio da juventude negra.

Como resposta às violências operadas contra seus corpos, muitas juventudes organizam-se coletivamente em manifestações sociopolíticas e culturais diversas, construindo e afirmando identidades e direitos. Outras tantas juventudes manifestam seu desejo e insistência por alcançar condições de vida digna apresentando suas demandas às diversas políticas públicas municipais. São jovens que, nas periferias de Belo Horizonte, vêm sendo afetadas(os) sobremaneira pelo cenário de pandemia e que apresentam

demandas de acesso à saúde, educação, trabalho, tecnologia, mobilidade urbana, moradia e muitos outros direitos básicos. Compreendê-las(os) como sujeitos de direitos num contexto de diversidade de culturas e trajetórias juvenis, mas também de desigualdades a serem enfrentadas como responsabilidade do Estado, poderá contribuir para o desenvolvimento de concepções e práticas mais coerentes à sua realidade e à promoção de seus direitos.

### **3. Objetivo de Aprendizagem do Módulo**

- 1.** Propiciar o desenvolvimento de conhecimentos sobre a história de lutas, conquista de direitos, aprovação de leis e implementação de políticas públicas de juventudes no Brasil, com foco em Belo Horizonte.
- 2.** Fomentar a compreensão de diversidades e hierarquias de poder presentes na categoria juventudes.
- 3.** Facilitar o aprimoramento de habilidades para elaborar e desenvolver ações que tenham como público a população jovem em Belo Horizonte.

### **4. Estrutura do Módulo**

**(Ações de Capacitação – conforme o nº de eventos)**

<b>Ação de Capacitação 1:</b>  <b>Por que falar em “Juventudes”</b>	<b>Carga Horária: 03h</b>
<b>Ementa:</b>  Trata-se de encontro introdutório sobre a temática juventudes como categoria conceitual e política, e como campo de análise e intervenção nas políticas públicas municipais. Serão tratadas as seguintes questões: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que é “juventudes” e por que tratar no plural?</li> <li>2. Breve introdução: diversidade e desigualdades no campo das juventudes.</li> <li>3. Breve histórico de lutas juvenis por direitos.</li> <li>4. Surgimento do Estatuto da Juventude, em 2013.</li> <li>5. Histórico de lutas juvenis em Belo Horizonte.</li> <li>6. Surgimento do CRJ e conquista de participação e cogestão do equipamento entre sociedade civil e PBH.</li> </ol>	
<b>Objetivos de Aprendizagem (ação/evento):</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentar e discutir com participantes questões introdutórias sobre concepções de juventudes.</li> <li>2. Realizar discussão sobre conquista de direitos no campo das juventudes.</li> <li>3. Apresentar e discutir a história e funcionamento do CRJ.</li> </ol>	
<b>Modalidade:</b> Presencial ou à distância, em caso de pandemia.	
<b>Período de Realização:</b> junho 2021	
<b>Nº de Participantes:</b> 40	<b>Nº de Turmas:</b> 01
<b>Ação de Capacitação 2: Estatuto da Juventude</b>	<b>Carga Horária: 03h</b>
<b>Ementa:</b>  Trata-se de encontro para apresentar e debater o Estatuto da Juventude, com aprofundamento em alguns eixos de direitos previstos nessa Lei, a partir da participação de agentes públicos presentes na ação. Serão tratadas as seguintes questões: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que o Estatuto prevê em seus princípios e diretrizes?</li> <li>2. Quais são os direitos previstos no Estatuto da Juventude.</li> <li>3. O que é o Sistema Nacional de Juventude e como acessá-lo.</li> <li>4. Políticas universais e políticas específicas para juventudes.</li> <li>5. Diálogo com participantes: como o Estatuto da Juventude se relaciona com o seu trabalho concreto na PBH?</li> <li>6. Aprofundamento do debate sobre eixos de direitos, conforme identificação de demandas de participantes durante o debate. Assim, a(o) responsável por conduzir a formação, poderá tratar de forma mais aprofundada do direito à mobilidade urbana, à justiça e à segurança pública, à</li> </ol>	

educação, à saúde, ao trabalho ou outras áreas previstas em eixos do Estatuto da Juventude, dependendo da demanda do público.

**Objetivos de Aprendizagem (ação/evento):**

1. Ampliar a divulgação da existência do Estatuto da Juventude.
2. Discutir a incidência dessa Lei nas políticas universalistas, como saúde, educação e trabalho, bem como nas políticas específicas de juventudes.
3. Aprofundar em alguns eixos de direitos previstos nessa Lei, articulando esses conhecimentos à prática cotidiana do trabalho de agentes públicos que participarem da formação.

Modalidade: Presencial ou à distância, em caso de pandemia.

Período de Realização: julho 2021

Nº de Participantes: 40

Nº de Turmas: 01

**Ação de Capacitação 3: As juventudes querem viver**

**Carga Horária: 03h**

**Ementa:**

Trata-se de encontro para apresentar e debater direitos das juventudes a partir da compreensão da diversidade e das desigualdades a serem enfrentadas por ações concretas do Estado. Serão utilizados referenciais como Atlas da Violência (nacional), Relatório do GT Letalidade da PBH e Relatório da Câmara Municipal de BH sobre homicídio de jovens em Belo Horizonte, entre outros. Serão tratadas as seguintes questões:

1. Trajetórias e culturas juvenis.
2. Identificação de hierarquias raciais, sociais, de gênero e orientação sexual.
3. Compreensão de como juventudes são afetadas por fenômenos como:
  - 3.1 desemprego
  - 3.2 racismo institucional
  - 3.3 encarceramento em massa
  - 3.4 homicídios
  - 3.5 feminicídio
4. Território e direito à cidade.
5. O que o Estado tem a ver com isso e como posso contribuir para a vida e autonomia das juventudes?

**Objetivos de Aprendizagem (ação/evento):**

1. Debater sobre direitos e violações presentes no campo das juventudes.

2. Aprofundando a discussão sobre diversidade e desigualdades, numa perspectiva de problematizar relações de poder e provocar reflexão sobre racismo institucional.
3. Chamar a atenção para o papel das políticas públicas na defesa e promoção de direitos juvenis.

Modalidade: Presencial ou à distância, em caso de pandemia.

Período de Realização: agosto 2021

Nº de Participantes: 40

Nº de Turmas: 01



2017			Responsável pela distribuição
Ação: 2819 - Apoio à Promoção das Políticas da Juventude			
Subação	Valor LOA	Valor empenhado	
0006 - Operacionalização do Centro de Referência da Juventude	-	207.783,94	
Total	-	207.783,94	
2018			
Ação: 2819 - Apoio à Promoção das Políticas da Juventude			
Subação	Valor LOA	Valor empenhado	
0002 - Operacionalização do Centro de Referência da Juventude	1.760.000,00	591.649,00	
0003 - Realização de Atividades em Prol da Juventude no Centro de Referência da Juventude - CRJ	80.000,00	-	
0005 - Implementação de rede de internet com livre acesso no Centro de Referência da Juventude	34.500,00	-	
0006 - Montagem da cozinha coletiva do Centro de Referência da Juventude	60.000,00	-	
Total	1.934.500,00	591.649,00	
2019			
Ação: 2819 - Apoio à Promoção das Políticas da Juventude			
Subação	Valor LOA	Valor empenhado	
0002 - Operacionalização do Centro de Referência da Juventude	1.906.624,00	2.112.997,15	
0003 - Realização de Atividades em Prol da Juventude no Centro de Referência da Juventude - CRJ	50.500,00	5.153,00	
0005 - Implementação de rede de internet com livre acesso no Centro de Referência da Juventude	34.000,00	-	
0006 - Montagem da cozinha coletiva do Centro de Referência da Juventude	60.000,00	-	
0007 - Equipagem do Estúdio do CRJ	250.000,00	-	
0008 - Sonorização do auditório, Arena e Sala das Artes do CRJ	150.000,00	-	
Total	2.451.124,00	2.118.150,15	
2020			
Ação: 2819 - Apoio à Promoção das Políticas da Juventude			
Subação	Valor LOA	Valor empenhado	
0007 - Equipagem do Estúdio do CRJ	250.000,00	-	
0005 - Implementação de rede de internet com livre acesso no Centro de Referência da Juventude	34.000,00	7.162,98	
0006 - Montagem da cozinha coletiva do Centro de Referência da Juventude	60.000,00	-	
0003 - Promoção das Juventudes em atividades no Centro de Referência da Juventude - CRJ	2.538.171,00	1.474.896,34	
Total	2.882.171,00	1.482.059,32	
2021 (até agosto)			
Ação: 2819 - Apoio à Promoção das Políticas da Juventude			
Subação	Valor LOA	Valor empenhado	
0003 - Promoção das Juventudes em atividades no Centro de Referência da Juventude - CRJ	1.748.128,00	1.048.501,12	
Total	1.748.128,00	1.048.501,12	
Proposta LOA 2022			
Ação: 2819 - Apoio à Promoção das Políticas da Juventude			
Subação	Valor LOA		
0003 - Promoção das Juventudes em atividades no Centro de Referência da Juventude - CRJ	1.994.386,00		
Total	1.994.386,00		-



OF. SMGO/DALE Nº 583 /2021

Belo Horizonte, 01 / 11 /2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.174/2021** – Vereadora Iza Lourença – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 3.295/21, de 13/09/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.174/2021, de autoria da Vereadora Iza Lourença, que solicita informações sobre o Projeto Juventude em Movimento, dirigido à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Consultada, a referida Secretaria emitiu resposta por meio do Ofício SMEL/DALE Nº 094/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Felipe Prates Rozenberg**

Diretor de Acompanhamento Legislativo em exercício  
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

Dir. Leg. - 05-Nov-2021 - 14:18-003182-1/2



**Ofício SMEL/DALE Nº 094/2021**

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2021.

Assunto: Resposta ao Of. Dirleg nº 3.295/21 – Requerimento de Comissão nº 1.1168/2021.

Senhor Diretor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me no presente para apresentar resposta ao Of. Dirleg nº 3.295/21, oriunda do Requerimento de Comissão nº 1.174/2021, de autoria da Vereadora Iza Lourença, a saber:

**1. Foi implantado o Projeto Juventude em Movimento? O número de atendidos foi de 120 adolescentes, existe perspectiva de aumentar o universo de atendidos pelo programa?**

O projeto Juventude em Movimento foi implantado em dezembro de 2019, com atividades desenvolvidas nos Centros de Referências das Juventudes até março de 2020, sendo, necessariamente interrompido pelo advento da Pandemia (Decreto nº 17.297/2020 e Portaria SMEL nº 014/2020).

Inicialmente, o projeto Juventude em Movimento previa a realização de no mínimo 168 (cento e sessenta e oito) e no máximo 240 (duzentos e quarenta) atendimentos semanais. Entretanto, com a retomada das atividades esportivas e de lazer (Portaria SMEL Nº 022/2021), um novo Plano de Trabalho foi elaborado e submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a previsão de no mínimo 134 (cento e trinta e quatro) e no máximo 192 (cento e noventa e dois) atendimentos semanais.

Desta feita, considerando o limite de atendimento do programa Juventude em Movimento, a perspectiva é de 192 (cento e noventa e dois) atendimentos semanais.

**2. Houve a descentralização territorial dos Centros de Referência da Juventude, por parte do município? Se sim, quais são eles, como são compostos os Centros e quais suas estruturas físicas e de recursos humanos?**



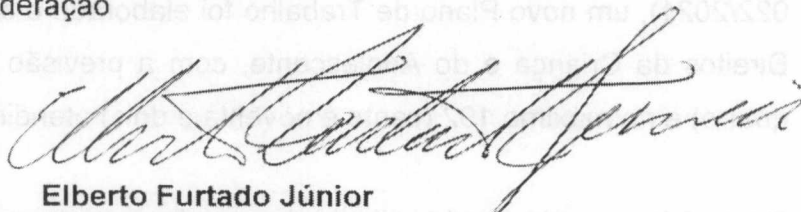
Os Centros de Referências das Juventudes são gerenciados/administrados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC. Assim, os questionamentos não são plausíveis de resposta, por parte desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL.

3. Segundo o relatório apresentado pela Comissão Especial de Estudo sobre Homicídio de Jovens Negros e Pobres, um dos fatores que caracterizaram as regiões com maior índice de letalidade de jovens seria a falta de equipamento público. Há a priorização dessas áreas para implantação de equipamentos públicos de esporte e lazer descentralizados? Se sim, solicitamos as políticas e os equipamentos existentes em cada localidade.

Esta Secretaria tem por objetivo a “Democratização do Esporte e do Lazer”, buscando a oferta de atendimento em todo o território belo-horizontino, de tal forma que os projetos e programas alcancem as 09 (nove) regionais da cidade, bem como ao público de todas as faixas etárias. Mister destacar que esses nichos de atendimento acontecem de forma descentralizada, levando o esporte e o lazer às pessoas, como o programa Esporte Esperança que atende em creches conveniadas e núcleos comunitários; o programa Esporte para todos que é ofertado nos clubes conveniados; o programa Vida Ativa, ofertado em igrejas e centros comunitários; e, o projeto Polo de Formação Esportiva, celebrados com Organizações da Sociedade Civil. Porém, no que se refere à implantação de equipamentos públicos de esporte e lazer descentralizados, o orçamento desta Secretaria não prevê tal intervenção.

Renovo votos de estima e consideração

Cordialmente,



**Elberto Furtado Júnior**  
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Ilustríssimo Senhor  
Felipe Prates Rozenberg  
Diretor de Acompanhamento Legislativo  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE  
Secretaria Municipal de Governo - SMGO

